

## DOCUMENTAÇÃO

### **Escola contratualizada: discriminada mas popular**

A escola contratualizada em Espanha assume uma estranha economia. Conta com alguns clientes satisfeitos mas, teoricamente, não lhes pode fazer pagar nada, por se encontrar subsidiada. Muito menos pode obrigar o Estado a aumentar um financiamento notoriamente insuficiente, que não garante a gratuidade. Em última análise, a escola contratualizada é um bom negócio... para o Estado.

Nos últimos meses, várias denúncias voltaram a colocar a escola contratualizada no olho do furacão. A maçã da discórdia são as propinas que algumas destas escolas cobram para compensar a insuficiente contribuição pública. Precisamente para tratar este tema foi constituída uma Comissão que irá abordar a quantia dos contratos, embora muitos pensem que se trata de uma operação meramente cosmética.

Na mesa de negociações encontram-se, além do Ministério convocante, sindicatos, entidades patronais e representantes de algumas Comunidades Autónomas. As principais reivindicações que estão em cima da mesa procuram alcançar um objectivo comum: a equiparação efectiva da escola contratualizada com a pública no que respeita ao financiamento. Se ela deve ser tão gratuita como a pública, sem poder cobrar propinas obrigatórias aos pais, que se igualem, então também, os salários e a carga lectiva dos professores.

Além disso, os sindicatos das escolas contratualizadas pedem que se revejam as parcelas de “Gastos variáveis” e “Outros gastos”, verdadeiro buraco negro para as economias destas escolas. Prova disso, são os dados avançados pela Confederación Española de Centros de Enseñanza (CECE), retirados, por seu turno, do MEC: no total, a escola pública custa ao erário público quase 60% mais cara que a contratualizada.

#### **Um debate recorrente**

O debate sobre a escola contratualizada acontece em Espanha com uma frequência suspeita, como se estas escolas tivessem de justificar, uma vez atrás da outra, a sua existência. Há quem discuta a sua própria legitimidade, por muito que seja

reconhecida pela Constituição e pelo Decreto 2377 de 1985, onde se classifica a contratualização educativa como “o instrumento jurídico necessário para as escolas privadas que desejam partilhar o ensino obrigatório em regime de gratuidade”. As leis de educação posteriores – a última, foi a LOE (Ley Orgánica de Educación) – corroboraram o mesmo critério.

No entanto, o mesmo Decreto abria a porta, de modo indirecto, a uma possibilidade perigosa que acabou por se converter no principal problema da escola contratualizada: por um lado, comprometia a Administração a “atribuir fundos públicos para o sustento das escolas contratualizadas”, mas ao mesmo tempo autorizava as escolas a poder receber dos pais – embora sempre com carácter voluntário – propinas destinadas a apoiar aquilo que o texto denomina “actividades complementares”. Embora a lei não explicita quais são essas actividades, na realidade, trata-se do serviço de refeições, dos transportes e ainda das aulas de apoio.

Em princípio, o contrato é claro: a Administração subsidia o estritamente necessário – a manutenção material da escola e os salários dos professores e pessoal administrativo – e os restantes gastos da escola, considerados automaticamente como luxos, correm por conta dos pais, embora não seja possível obrigá-los a assumir esses custos.

#### **Fundos que não cobrem o custo**

O problema surge quando, em virtude das contratualizadas poderem receber ajuda económica dos pais, a Administração interpreta que, de facto, a recebem, e que, portanto, necessitam de menos dinheiro público. Só um raciocínio como esse pode explicar a imensa diferença entre o que recebem as escolas públicas e as contratualizadas: o aluno numa escola pública custa ao orçamento uma média de 6.567 euros anuais, contra os 2.771 do aluno na escola contratualizada.

Além disso, ao facto de as escolas públicas receberem dinheiro das Comunidades Autónomas, deve acrescentar-se os gastos apoiados pelos municípios, ou pelos departamentos de Educação no caso dos institutos: água, luz, porteiro ou construção de novas instalações como polidesportivos. Pelo contrário, a escola contratualizada deve financiar estes mesmos conceitos com uma ajuda pública que se situa em cerca de 6.000 e 8.000 euros por sala de aula, muito longe da correspondente nas escolas públicas.

A não ser que nas escolas públicas se desperdiça o dinheiro ou se paguem salários exorbitantes, esta diferença significa que o suposto “sustento económico” a que se comprometia a Administração, na prática, não se cumpre, o que condena as escolas contratualizadas à instabilidade económica.

Também são obrigadas a converter-se em especialistas de *marketing*: ou conseguem convencer os pais a contribuírem com o que lhes é negado pela Administração, ou estão condenadas à falência. Evidentemente, para que os alunos estudassem em igualdade de circunstâncias com os da escola pública, teriam de conseguir que os pais pagassem propinas superiores a 3.700 euros anuais, que é a diferença entre o que avança o Estado, dependendo de se o aluno se encontra na escola pública, ou se pertence a uma das escolas contratualizadas.

### **A contratualizada, mais castigada pela crise**

A capacidade de pagamento das famílias não chega, todavia, para tanto. Segundo dados do INE de 2009, as famílias com filhos na escola contratualizada gastavam em média 1.433 euros ao ano por aluno, incluindo material escolar, uniformes, refeições... A média do gasto das famílias na pública é de 658 euros. Juntando o que avançam a Administração e as famílias, a diferença quanto a recursos económicos continua a ser enorme a favor da escola pública.

Ainda assim, a escola contratualizada tem vindo a sofrer uma campanha que aproveitou as práticas de algumas escolas – segundo as acusações, teriam violado o princípio da não obrigatoriedade das propinas – para alargar a suspeita a todo o sector. É a preocupação de Emilio Díaz, porta-voz da Federación Española de Religiosos de la Enseñanza (FERE), maioritária no sector da escola contratualizada: “Espero que o controlo que vão estabelecer [sobre o carácter voluntário das propinas] não seja um convite para que os pais não colaborem com as nossas escolas, porque se não o fizerem, teremos directamente de fechar” (“El País”, 10-11-2010). A cobrança e as quantias das propinas converteram-se no principal cavalo de batalha para os críticos da contratualização económica. Com a batalha ideológica anti privatização latente, a económica pode afogar este sector educativo.

A crise prejudicou, como era de esperar, as receitas das escolas privadas e das contratualizadas. No último ano lectivo, onde houve um aumento de matrículas em termos absolutos, a escola contratualizada estagnou.

### **Seleção encoberta?**

Outra das acusações mais frequentes é a de que as escolas contratualizadas provocam uma espécie de selecção dos melhores alunos através das propinas, que impedem as famílias mais desfavorecidas de aceder a este tipo de escola. Tal crítica parte do princípio, de modo simplista, que os melhores alunos são aqueles que provêm de famílias com mais dinheiro. Além disso, esquece o facto de que as propinas são voluntárias.

A acusação de elitismo serve, em muitos casos, para encobrir os problemas específicos que flagelam a escola pública. Um deles é a concentração de estrangeiros nas suas salas de aula. Ninguém nega que a acumulação destes alunos – cerca de 80% estudam em escolas públicas – gera frequentemente problemas de integração. Mas isto é também uma consequência de os lugares nas escolas públicas e contratualizadas serem atribuídos, em grande parte, consoante o domicílio do aluno.

A realidade é que as normas de admissão de qualquer escola contratualizada têm de se ajustar a uma regulamentação específica, praticamente igual à do ensino público. Se existe efectivamente algum tipo de favoritismo ou exclusão, ele é tão condenável como se ocorresse numa escola pública.

### **Poupança para o Estado**

Muitas vezes, o debate sobre a escola contratualizada é contaminado por outros, como o de se será legítimo que os cofres públicos de um estado laico subsidiem igualmente escolas confessionais.

Em ambos os casos, o argumento costuma ser o mesmo: quem pretenda uma escola diferente – diferente da pública, entenda-se –, que a pague ele, não com o dinheiro de todos. Aquilo que acontece é que, nesse “todos”, estão incluídos também os pais que levam os seus filhos para escolas privadas ou contratualizadas, confessionais ou não, e que, portanto, não beneficiam directamente dos impostos com os quais contribuem para o sustento das escolas públicas, sendo que estas últimas constituem 70% do total das instituições escolares.

Uma percentagem que não está de acordo com o gasto orçamental. Nas Comunidades Autónomas espanholas, a percentagem do orçamento da educação destinado às escolas contratualizadas é inferior ao que lhes caberia em função do número de alunos que estudam neste tipo de escolas. Pelos dados da CECE (Confederación Española de Centros de Enseñanza), os centros contratualizados poupam actualmente mais de 2.000 milhões de euros nas Comunidades Autónomas do Estado espanhol.

Sem a existência das propinas para cobrir as denominadas “actividades complementares”, estas escolas contratualizadas não conseguiriam ter possibilidades de se manter.

O erro de fundo é confundir dinheiro público com dinheiro do Estado. Na realidade, o dinheiro público é da sociedade, e, a elevada procura de lugares nas escolas contratualizadas, indica que a sociedade é favorável a este tipo de escolas. O direito à educação reside nos pais, e a escolha da escola é uma parte importante desse direito.

### **Os desafios do sistema público**

À partida, a escola pública tem muitos recursos que jogam a seu favor e deveria atrair os melhores professores. As oposições de acesso asseguram teoricamente a competência

profissional dos docentes. Além disso, o rácio de alunos por professor é, na escola pública, inferior ao da escola contratualizada, que integra 28% dos alunos e 24% dos docentes. Se a isto acrescentarmos que os salários dos professores na escola pública são claramente superiores – 25%, segundo a central sindical CC.OO. (Confederación Sindical de Comisiones Obreras) e mais de 40%, segundo a FERE – e que a sua jornada lectiva semanal se situa em torno dos 25% a menos, lógico seria esperar um conjunto de professores altamente motivado e capacitado para fazer o seu trabalho.

Apesar de tudo isso, o rendimento académico não é melhor nas escolas públicas durante a fase obrigatória, pois o abandono escolar nas escolas públicas é de 33%, enquanto que nas escolas concertadas se fica pelos 13,9%. Aqueles que repetem o ano lectivo durante esta etapa do ensino são o dobro na escola pública, segundo dados do Sistema Estatal de Indicadores da Educação para o ano lectivo de 2007-2008. Já no ensino secundário, 86,65% dos alunos das escolas contratualizadas conseguem terminá-lo, contra os 70,7% dos alunos das escolas públicas.

Um dado a ter em conta é o envelhecimento dos professores nas escolas públicas: somente 37,6% têm menos de 40 anos, contra os 49% nas escolas contratualizadas.

F.R.-B.

## **Escolas públicas, com actividades de pagamento**

Obrigadas pelos cortes orçamentais, cada vez mais escolas públicas dos EUA estão a cobrar propinas.

Antes de suprimir programas, cada vez mais escolas públicas optam por cobrar pelos materiais utilizados e por actividades extra-escolares.

A ideia de que qualquer actividade oferecida numa escola pública tem de ser gratuita, não resistiu aos cortes dos gastos em consequência da crise económica nos Estados Unidos. Cada vez mais escolas públicas estão a avançar com o pagamento de muitos serviços, segundo informa o “The Wall Street Journal” (25-05-2011) num amplo artigo de Stephanie Simon.

Nos Estados Unidos, o gasto médio por aluno aumentou 44% nas duas últimas décadas, e o salário médio do professor, 26% desde 2001. Mas nos dois últimos anos orçamentais, os Estados fizeram cortes no gasto educativo de 17.000 milhões de dólares, embora, em parte, a redução tenha sido compensada por subsídios federais.

Devido a esses cortes orçamentais, muitas escolas suprimiram ou cortaram actividades não essenciais, como cursos avançados de Matemática e Ciências, línguas estrangeiras, aulas de apoio para estudantes com dificuldades de leitura, teatro, música... A alternativa à supressão de actividades é cobrar por elas. E os administradores de Escolas adoptaram este caminho sem quaisquer reparos.

A maioria dos Estados não permite que as escolas públicas cobrem pelas matérias do *curriculum*. Mas, segundo os exemplos referidos pelo “The Wall Street Journal”, há escolas que cobram pelos materiais utilizados nas disciplinas, como Francês Avançado (75 dólares), Biologia (118 dólares), Tecnologia (40 dólares), Química (40 dólares)...

O custo é mais elevado nas actividades extra-escolares: Queres ser animador(a)? 408 dólares por curso. Tocar na banda de música? 200 dólares. Participar no clube de debate? 190 dólares. Escrever na revista literária? 85 dólares. Participar na olimpíada científica? 150 dólares. Dançar no musical escolar? 200 dólares.

Os desportos organizados no ensino secundário estão pela hora da morte: futebol americano, 864 dólares; basebol, 591 dólares; voleibol, 537 dólares; ténis, 372 dólares...

E o que se passa com as famílias que não podem pagar tudo isso? Não são discriminadas por motivos económicos? Muitos Estados exigem que as escolas isentem das propinas (embora não por actividades extra-escolares) as famílias desfavorecidas, geralmente aquelas que têm rendimentos anuais inferiores a 29.000 dólares para um lar de quatro pessoas. Mas todas as outras são obrigadas a pagar pelas actividades, ou expõem-se a ser sancionadas. As escolas podem reter os diplomas ou impedir que o aluno participe na cerimónia de formatura, pela qual também se tem de pagar uma propina de 30 a 60 dólares.

O que está claro é que só se pode recorrer às famílias, porque os contribuintes não estão dispostos a pagar mais, e assim o manifestaram em referendos locais. Como diz ao “The Wall Street Journal” uma mulher de 70 anos, que votou contra o aumento de impostos: “Se não há dinheiro para me corrigirem a dentadura, não parece justo que aumentemos os impostos para que o Joey pratique futebol”.

As consequências desta política reflectem-se no que aconteceu no distrito de Medina (Ohio), que a reportagem indica como um dos seus pontos de referência. “Perante os cortes e as propinas, uma centena de estudantes transferiu -se para escolas privadas. Mas as propinas também tiveram benefícios inesperados. Embora a participação no atletismo e na música tenha baixado, os alunos que permaneceram, levam isso mais a sério do que nunca, segundo afirmam alguns professores. Muitos jovens começaram a aceitar trabalhos para pagar as suas actividades escolares e dizem que estão orgulhosos com as suas novas responsabilidades”.

Muitas coisas que aprendem na escola irão esquecê-las com o tempo. Mas nunca esquecerão que o ensino, público ou privado, tem um preço.

### **Texas: a poupança de transferir alunos para o sector não estatal**

O Texas, tal como outros Estados, atravessa um mau momento orçamental, devido à recessão e à queda de receitas. No quadro da redução de gastos, foi decidido baixar os custos por aluno entre 5% e 11%, o que vai obrigar as escolas a suprimir alguns programas.

Em alternativa à supressão de programas, foi proposto transferir alunos da escola pública para a não estatal, diz o "The Wall Street Journal" (26-05-2011). O Estado daria bolsas até 5.143 dólares, ou o custo da matrícula numa escola privada – o que for mais barato – por cada criança que passasse do ensino público para o privado. Poderiam optar por este sistema, os pais cujos filhos entram no ensino pré-escolar ou no primário aos 6 anos, e aqueles cujos filhos estiveram nas escolas públicas pelo menos um ano.

Segundo o Heartland Institute, um dos grupos que promovem o plano, o Estado pouparia 3.429 dólares por cada aluno que se transferisse para o sector privado. E o dinheiro poupado, ficaria nas escolas públicas para minimizar o impacto dos cortes orçamentais.

Os sindicatos de professores protestaram contra esta privatização do ensino público. Mas para as famílias, aumentaria a opção por determinada escola.

No Texas, o governador, Rick Perry, é republicano, e este partido tem maioria na Câmara dos Representantes e Senado. Segundo o "The Wall Street Journal", "as escolas com piores resultados são muitas vezes as que têm sobretudo alunos hispânicos e, permitir que os pais dessas escolas enviassem os filhos para escolas católicas, poderia ser muito popular do ponto de vista político".

(Fonte: "The Wall Street Journal")